

<p style="text-align: center;"><b>澳門特別行政區政府</b>  <b>Governo da Região Administrativa Especial de Macau</b></p> <p style="text-align: center;"><b>個人資料保護辦公室</b>  <b>Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Notificação de Tratamento dos Dados Pessoais (Pedido inicial)</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>A preencher pelo GPDP</b></p>
<p style="text-align: center;">Declaração de Recolha de Dados Pessoais</p> <p>(1) O Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais (GPDP), a autoridade pública a que se refere a Lei n.º 8/2005 (Lei da Protecção de Dados Pessoais), responsabilizando-se pela fiscalização e coordenação do cumprimento e execução da mesma lei, exige aos responsáveis pelo tratamento que cumpram o dever de notificação sobre os assuntos que necessitam de ser notificados nos termos da lei acima citada; os respectivos dados destinam-se ao tratamento de requerimento e registo. Todos os responsáveis pelo tratamento de dados pessoais têm a obrigação de preencher o presente formulário de notificação com elementos verídicos, qualquer prestação de informação falsa constituirá possivelmente infracção administrativa ou crime.</p> <p>(2) Nos termos da Lei n.º 8/2005, qualquer pessoa pode consultar as informações registadas. Os dados referidos acima podem ser comunicados às autoridades policial e judicial e a outra entidade competente, em cumprimento dos deveres legais.</p> <p>(3) O requerente tem direito a aceder, rectificar ou actualizar as informações arquivadas no GPDP, nos termos da legislação aplicável.</p>		<p><b>N.º do Processo:</b></p> <p><b>N.º do Registo:</b></p>

<b>I. Responsável pelo Tratamento</b>	
1	<p>Denominação/Nome :</p> <p>Em Chinês : _____</p> <p>Em Português : _____</p> <p>Em Inglês : _____</p>
2	<p>Endereço : _____</p>
3	<p>Dados de contacto :</p> <p>Telefone : _____ Fax : _____ E-mail : _____</p>
4	<p>Natureza :</p> <p><input type="checkbox"/> Entidade Pública (<i>pode saltar directamente para Parte III</i>)      <input type="checkbox"/> Entidade Privada</p> <p><input type="checkbox"/> Pessoa Singular</p>
5	<p>Outros dados de identificação :</p> <p>5.1 N.º do registo comercial</p> <p><input type="checkbox"/> Não há      <input type="checkbox"/> Há, N.º: _____</p> <p>5.2 N.º do registo de pessoa colectiva sem fins lucrativos</p> <p><input type="checkbox"/> Não há      <input type="checkbox"/> Há, N.º: _____</p> <p>5.3 N.º de cadastro da C.I.</p> <p><input type="checkbox"/> Não há      <input type="checkbox"/> Há*, N.º: _____</p> <p>5.4 N.º do contribuinte do 2.º grupo do imposto profissional</p> <p><input type="checkbox"/> Não há      <input type="checkbox"/> Há*, N.º: _____</p> <p><i>*Excepto ter os números referidos no item 5.1 ou 5.2 simultaneamente, é necessário entregar a cópia do respectivo documento justificativo.</i></p> <p>5.5 Dados do documento de identificação (<i>Só aplicável ao requerente cuja natureza de responsável pelo tratamento seja pessoa singular e que escolhe “não há” nos itens 5.1 a 5.4. É necessário entregar a cópia do respectivo documento justificativo</i>)</p> <p>Tipo do documento de identificação : <input type="checkbox"/> Bilhete de Identidade de Residente de Macau</p> <p><input type="checkbox"/> Outros (Indique o tipo) : _____</p> <p>N.º do documento de identificação : _____</p>

## II. Representante do responsável pelo tratamento

(i) **Não é necessário indicar representante** (Se a natureza do responsável pelo tratamento for entidade privada e escolher “não há” nos itens 5.1 a 5.4 da Parte I, é necessário indicar representante. Caso contrário, escolha “não” e salte directamente para Parte III)

Não (pode saltar directamente para Parte III)  Sim

(ii) **Representante do responsável pelo tratamento** (A entidade privada que não tenha nenhum número referido nos itens 5.1 a 5.4 não pode ser representante, e neste caso, é necessário indicar pessoa singular como representante)

1 Denominação/Nome :

Em Chinês : \_\_\_\_\_

Em Português : \_\_\_\_\_

Em Inglês : \_\_\_\_\_

2 Endereço :

\_\_\_\_\_

3 Dados de contacto :

Telefone : \_\_\_\_\_ Fax : \_\_\_\_\_ E-mail : \_\_\_\_\_

4 Natureza :  Entidade Privada  Pessoa Singular

5 Outros dados de identificação :

5.1 N.º do registo comercial  Não há  Há, N.º: \_\_\_\_\_

5.2 N.º do registo de pessoa colectiva sem fins lucrativos

Não há  Há, N.º: \_\_\_\_\_

5.3 N.º de cadastro da C.I.  Não há  Há\*\*, N.º: \_\_\_\_\_

5.4 N.º do contribuinte do 2.º grupo do imposto profissional

Não há  Há\*\*, N.º: \_\_\_\_\_

*\*\*Excepto ter os números referidos no item 5.1 ou 5.2 simultaneamente, é necessário entregar a cópia do respectivo documento justificativo.*

5.5 Dados do documento de identificação (Só aplicável ao requerente cuja natureza de representante do responsável pelo tratamento seja pessoa singular e que escolhe “não há” nos itens 5.1 a 5.4. É necessário entregar a cópia do respectivo documento justificativo)

Tipo do documento de identificação :

Bilhete de Identidade de Residente de Macau

Outros (Indique o tipo) : \_\_\_\_\_

N.º do documento de identificação : \_\_\_\_\_

## III. Data de início do tratamento

Antes da vigência da Lei da Protecção de Dados Pessoais (antes de 19 de Fevereiro de 2006)

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## IV. Finalidade do tratamento

\_\_\_\_\_

## V. Tipo do titular dos dados

## VI. Dados pessoais ou categorias de dados sujeitos ao tratamento

### (i) Dados sensíveis

- Não há tratamento
- Há tratamento, escolha :
  - Dados referentes a convicções filosóficas ou políticas
  - Dados referentes a filiação em associação política ou sindical
  - Dados referentes a fé religiosa
  - Dados referentes a vida privada
  - Dados referentes a origem racial ou étnica
  - Dados relativos à saúde e à vida sexual, incluindo os dados genéticos

### (ii) Dados relativos a suspeitas de actividades ilícitas, infracções penais e infracções administrativas

- Não há tratamento
- Há tratamento

### (iii) Dados relativos ao crédito e à solvabilidade

- 1** Tratamento :  Não há (*pode saltar directamente para ponto (iv)*)  
 Há, descreva: \_\_\_\_\_
- 2** Fundamentos do tratamento de dados :
  - Nos termos da disposição legal, indique a lei, o diploma legal: \_\_\_\_\_
  - Nos termos da autorização do GPDP, indique o n.º : \_\_\_\_\_

### (iv) Dados com natureza de fiscalização (nas situações de tratamento com finalidade de fiscalização, como a segurança, garantia da qualidade de serviço e trabalhos)

- Não há tratamento
- Há tratamento, escolha:
  - Gravação de telefone
  - Sons (outra gravação além da gravação de telefone)
  - Imagens (ex.videovigilância)
  - Controlo dos *e-mails*
  - Controlo de *internet*
  - Outros (a indicar) : \_\_\_\_\_

### (v) Outros dados pessoais

#### **1** Dados pessoais frequentes:

##### 1.1 Dados de identificação

- N.º e tipo do documento de identificação
- cópia do documento de identificação
- Nome
- Sexo
- Idade / Data de nascimento
- Naturalidade
- Nacionalidade
- Fotografia
- Habilitações literárias
- Língua usada
- Contactos ( Endereço, telefone, *e-mail*, etc. )
- Outros (a indicar): \_\_\_\_\_

**1.2 Dados de situação familiar**

- Estado civil                       Nome do cônjuge                       Nome dos filhos                       Nome do pai/mãe
- Outros (a indicar) : \_\_\_\_\_

**1.3 Dados de actividade profissional**

- Tipo e nome da profissão    Experiência profissional                       N.º da conta bancária                       Salário/rendimento
- Outros (a indicar) : \_\_\_\_\_

**2** Outros:

- Não há
- Há (a indicar): \_\_\_\_\_

**VII. Destinatários ou categorias de destinatários a quem os dados podem ser comunicados e em que condições****1** Entidade encarregada do processamento da informação:

- Não existe
- Existe\*\*\*, indique o nome dessa entidade : \_\_\_\_\_

\*\*\* Se escolher existe, no registo constará que um dos destinatários é a “entidade encarregada do processamento da informação”, e a respectiva condição de comunicação é o “contrato de mandato”.

**2** Existe outros destinatários

- Não existe (*pode saltar directamente para Parte VIII*)                       Existe

**3** Indique os outros destinatários ou categorias de destinatários referidos acima e as respectivas condições de comunicação

N.ºs	Destinatários ou categorias de destinatários	Condições de comunicação
(1)		
(2)		
(3)		
(4)		
(5)		
(6)		
(7)		

(8)		
(9)		
(10)		

### VIII. Interconexão de dados pessoais

1 Existe interconexão de dados pessoais

Não existe (*pode saltar directamente para Parte IX*)

Existe (é necessário ter um dos fundamentos seguintes, caso contrário, só se pode proceder à interconexão depois de ter obtido a autorização do GPDP)

2 Fundamentos de interconexão

Nos termos da disposição legal ou disposição regulamentar de natureza orgânica, indique a lei, o diploma legal:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Nos termos da autorização do GPDP, indique o número:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### IX. Tempo de conservação dos dados pessoais (*é necessário escolher uma das seguintes formas de declaração*)

1 Declaração uniformizada

Início do tempo de conservação dos dados	O tempo de conservação máximo

2 Declaração separada

Descrição	Início do tempo de conservação dos dados	O tempo de conservação máximo


## X. Formas e condições como o titular pode conhecer ou corrigir os dados pessoais que lhe respeitem

### (i) Formas

1 Escolha uma das seguintes :

- Forma totalmente directa (*pode saltar directamente para ponto (ii)*)
- Forma parcialmente directa e indirecta
- Forma totalmente indirecta

2 Caso exista situação do exercício de direitos mediante forma indirecta, indique em que se enquadra:

- No tratamento de dados pessoais relativos à segurança e à prevenção ou investigação criminal, o direito de acesso é exercido através da autoridade competente no caso.
- No tratamento para fins exclusivamente jornalísticos ou de expressão artística ou literária, o direito de acesso é exercido através do GPDP.
- O direito de acesso à informação relativa a dados da saúde, incluindo os dados genéticos, é exercido por intermédio de médico escolhido pelo titular dos dados.

### (ii) Condições

Quando o titular dos dados exercer o seu direito, é necessário pagamento (escolha um dos seguintes) :

- Sim
- Parcialmente sim
- Não

## XI. Transferência de dados pessoais para local situado fora da RAEM

1 Situação :

Não existe transferência (*pode saltar directamente para parte XII*)

Há transferência, indique o país ou local destinatário:

- |  |  |                                       |                                   |
|--|--|---------------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> China Continental         | <input type="checkbox"/> Hong Kong China | <input type="checkbox"/> Taiwan China | <input type="checkbox"/> Alemanha |
| <input type="checkbox"/> Austrália                 | <input type="checkbox"/> Bélgica         | <input type="checkbox"/> Canadá       | <input type="checkbox"/> Espanha  |
| <input type="checkbox"/> Estados Unidos da América | <input type="checkbox"/> Filipinas       | <input type="checkbox"/> Finlândia    | <input type="checkbox"/> França   |
| <input type="checkbox"/> Holanda                   | <input type="checkbox"/> Índia           | <input type="checkbox"/> Inglaterra   | <input type="checkbox"/> Japão    |
| <input type="checkbox"/> Malásia                   | <input type="checkbox"/> Nova Zelândia   | <input type="checkbox"/> Portugal     | <input type="checkbox"/> Rússia   |
| <input type="checkbox"/> Suíça                     | <input type="checkbox"/> Tailândia       | <input type="checkbox"/> Singapura    |                                   |

Outros (a indicar) : \_\_\_\_\_

2 Fundamentos de transferência (é necessário ter qualquer um dos fundamentos seguintes, sob pena de não se poder proceder à transferência) :

Nos termos da decisão do GPDP, indique o n.º : \_\_\_\_\_

Nos termos da autorização do GPDP, indique o n.º : \_\_\_\_\_

- Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei da Protecção de Dados Pessoais, a transferência é efectuada após a presente notificação, escolha as condições aplicáveis:
  - Consentimento inequívoco do titular dos dados;
  - A transferência é necessária para a execução de um contrato entre o titular dos dados e o responsável pelo tratamento ou de diligências prévias à formação do contrato decididas a pedido do titular dos dados;
  - A transferência é necessária para a execução ou celebração de um contrato celebrado ou a celebrar, no interesse do titular dos dados, entre o responsável pelo tratamento e um terceiro;
  - A transferência é necessária ou legalmente exigida para a protecção de um interesse público importante, ou para a declaração, o exercício ou a defesa de um direito num processo judicial;
  - A transferência é necessária para proteger os interesses vitais do titular dos dados;
  - A transferência é realizada a partir de um registo público que, nos termos de lei ou regulamento administrativo, se destine à informação do público e se encontre aberto à consulta do público em geral ou de qualquer pessoa que possa provar um interesse legítimo, desde que as condições neles estabelecidas para a consulta sejam cumpridas no caso concreto.
- A transferência de dados pessoais que constitua medida necessária à protecção da defesa, da segurança pública, da prevenção, investigação e repressão das infracções penais e da protecção da saúde pública é regida por disposições legais específicas ou pelos instrumentos de direito internacional e acordos inter-regionais a que a RAEM se ache vinculada (n.º 3 do artigo 20.º da Lei da Protecção de Dados Pessoais), indique o n.º de lei, diploma legal : \_\_\_\_\_

**XII. Medidas tomadas para garantir a segurança do tratamento** *(Descreva de forma geral as medidas de segurança no tratamento de dados, para analisar preliminarmente se corresponde aos artigos 15.º e 16.º da mesma lei )*

**XIII. Notificação de itens específicos**

**(i) Dispensa do direito de informação no tratamento de dados (alínea 3) do n.º 5 do artigo 10.º da Lei da Protecção de Dados Pessoais)**

- 1 Envolve a notificação deste item
  - Não *(pode saltar directamente para ponto(ii))*                       Sim
- 2 Indique quais são as situações seguintes se pertencem:
  - Impossibilidade de comunicação ao titular dos dados;
  - Esforços desproporcionados de comunicação ;
  - Quando a lei ou regulamento administrativo determinar expressamente o registo dos dados ou a sua divulgação, indique o n.º de lei ou diploma legal: \_\_\_\_\_

( ii ) **O tratamento não automatizado dos respectivos dados sensíveis quando for necessário para proteger os interesses vitais do titular dos dados ou de uma outra pessoa e o titular dos dados estiver física ou legalmente incapaz de dar o seu consentimento** ( n.º 5 do artigo 21.º da Lei da Protecção de Dados Pessoais, se qualquer parte de tratamento envolver meios automatizados, deve ser considerado como tratamento por meios total ou parcialmente automatizados, não se enquadra na situação em que é necessária a presente notificação)

1 Envolve a notificação deste item

Não ( pode saltar directamente para parte XIV )       Sim

2 Descreva a razão sobre a opção pelo tratamento totalmente não automatizado

\_\_\_\_\_

3 Descreva a situação em que o titular dos dados estiver física ou legalmente incapaz de dar o seu consentimento

\_\_\_\_\_

4 Descreva a situação em que se protege os interesses vitais do titular dos dados ou de uma outra pessoa

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**XIV. Pessoa de contacto** (para acompanhar o conteúdo notificado )

Nome : \_\_\_\_\_ Telefone : \_\_\_\_\_

Declaro que as informações fornecidas nesta notificação são verdadeiras, e li a Declaração do GPDP sobre a Recolha de Dados Pessoais.

**A preencher pelo GPDP**

**Data :** \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**O nome do responsável do responsável pelo tratamento de dados pessoais / ou do seu representante :**

**O cargo do responsável / ou do seu representante :**

**Carimbo e assinatura :**